



Justiça mantém proibição de divulgação de gravações

23/05/2002

O ex-governador Anthony Garotinho conseguiu impedir que mais um veículo de imprensa publique gravações clandestinas de supostas conversas com um empresário. O desembargador da 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Jesse Torres, manteve a proibição da divulgação das fitas que seriam divulgadas pela revista Carta Capital.

O desembargador deferiu a publicação de entrevistas, desde que não representem informações obtidas por meio de interceptação telefônica clandestina. O advogado Sérgio Mazillo disse que “Garotinho em momento algum teve a intenção de proibir entrevistas, resguardando-se tão somente no sentido de impedir danos a sua idoneidade moral”.

Negócio arriscado

A Prefeitura do Rio negociou a entrada de uma filial do museu Guggenheim para a cidade mediante a assinatura de contrato em inglês com cláusulas secretas. A prefeitura pagou US\$ 2,5 milhões de adiantamento.

O mundo cultural duvida que o museu seja instalado no Rio. Personalidades ligadas ao mundo cultural, que tiveram acesso ao documento, adiantam que o contrato está repleto de irregularidades.

Um dado grave é que o contrato não foi assinado pelo prefeito mas pelo procurador-geral da Prefeitura. “Como um advogado pode colocar a sua assinatura em um documento em inglês, que não foi registrado e que implicou em uma despesa elevada para os cofres públicos”, questionaram algumas personalidades do mundo cultural carioca.

Riscos Brasil

O economista americano John Welsh tem explicado as previsões de algumas agências que estão considerando elevado o risco de investir em papéis do Brasil. Para ele, o fato de Lula despontar como grande favorito na disputa é o quinto item do Risco Brasil.

Existem, diz ele, complicadores bem maiores que uma possível vitória do candidato do PT. Exemplo: a crise da Argentina. O mercado financeiro ficou livre do contágio mas a indústria brasileira, não.

Plágio em tudo

O plágio autoral atingiu as mais altas esferas acadêmicas. Uma pesquisadora da Fiocruz encontrou na Internet trechos inteiros de seu livro — “Epidemiológico”.

Os trechos foram publicados em uma revista por um cientista da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisadora entrou na Justiça. O crime de direito autoral prevê pena de um a quatro anos de reclusão.

Tutela antecipada

O banco Pactual está movendo uma ação de tutela antecipada sobre os dividendos da Polialden, empresa baiana de petroquímica. O banco de investimento carioca inspirou-se na vitória judicial do fator sinergia, fundo que detém 30% das ações preferenciais da Polialden.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2002-mai-23/justica_mantem_proibicao_divulgacao_gravacoes/